



FORMAÇÃO CIDADÃ EM JOGO: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA COM OS TRÊS PODERES NO ENSINO MÉDIO

FANTI, Livia – Faculdade SESI de Educação¹
VIEIRA, Larissa – Faculdade SESI de Educação²

1 Aluna da Faculdade SESI de Educação, do curso de Ciências Humanas (2ºano).
Contato: fantilivia7@gmail.com.

2 Aluna da Faculdade SESI de Educação, do curso de Ciências Humanas (2ºano).
Contato: vieiralarissa626@gmail.com.

RESUMO

Este artigo analisa uma experiência pedagógica desenvolvida na residência educacional da Faculdade Sesi de Educação com turmas do 2º ano do Ensino Médio, centrada na simulação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a poluição do Rio Tietê. A atividade, fundamentada na pedagogia da práxis de Gadotti, teve como objetivo articular teoria e prática no ensino de Sociologia, promovendo o protagonismo estudantil e a formação cidadã através do jogo de papéis representando os Três Poderes. Como desdobramento posterior, realizou-se uma saída pedagógica à Assembleia Legislativa, onde foi possível constatar a consolidação das aprendizagens: questões que no primeiro semestre os estudantes demonstravam dificuldades, como a identificação da estrutura do poder, foram respondidas com segurança e agilidade durante a visita. A metodologia combinou estudo de caso e observação participante, evidenciando que a simulação pedagógica, enquanto estratégia de práxis educativa que potencializa significativamente a compreensão de conceitos abstratos e complexos do funcionamento estatal. Os resultados apontam para a eficácia da articulação entre vivências simuladas e encontros com instituições reais na consolidação de aprendizagens significativas, transformando o conhecimento teórico em experiência concreta e promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual dos estudantes.

Palavras-chave: Metodologias Ativas; Residência Educacional; Aprendizagem Significativa.

1. INTRODUÇÃO

Enquanto residente da Faculdade Sesi de Educação, e licencianda do curso de Ciências Humanas vivenciei um desafio palpável acompanhando as aulas de Sociologia do 2º ano do Ensino Médio. O conteúdo previsto era “Formação do Estado”, mas afinal como poderíamos tornar tangível aos jovens a atuação dos Três Poderes?

Diante desse desafio palpável, o presente artigo tem como objetivo relatar e analisar a concepção e os resultados de uma sequência didática que utilizou uma simulação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) como ferramenta pedagógica central para tornar esses conceitos tangíveis e significativos. A atividade, ancorada na perspectiva freireana que valoriza a problematização da realidade, colocou os alunos no centro de um processo investigativo sobre uma questão socioambiental premente, permitindo-lhes vivenciar, na prática, os mecanismos de fiscalização, argumentação e deliberação do Estado Democrático de Direito.

O percurso metodológico, que se iniciou na pesquisa e representação de papéis específicos dentro dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, naturalmente assumiu contornos transdisciplinares, integrando saberes de Geografia, História, Biologia, Química e Língua Portuguesa. Para estruturar a discussão, o trabalho está organizado da seguinte forma: após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico-metodológico, discutindo os conceitos de jogo em Huizinga em contraste com a noção de práxis e conscientização em Freire e Gadotti. Em seguida, detalha-se a análise dos resultados da experiência, incluindo a consolidação da aprendizagem observada durante uma saída pedagógica à ALESP. Por fim, são tecidas as considerações finais, sintetizando as contribuições e os limites da prática pedagógica relatada.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para fundamentar a prática pedagógica aqui relatada, faz-se necessário estabelecer um diálogo entre o arcabouço teórico que a orienta e os procedimentos metodológicos que a operacionalizaram. Este estudo, de natureza qualitativa, caracteriza-se como um relato de experiência e toma como principal referência a pedagogia crítica de Paulo Freire.

Do ponto de vista teórico, a atividade do Jogo de Papéis parte do pressuposto de que o processo de ensino-aprendizagem deve ser um ato de conscientização, que se trata da “promoção inadiável da ingenuidade em criticidade” (FREIRE, 2014, p.92), e faz com que o educando se reconheça como sujeito de sua própria história. Nessa perspectiva, o conhecimento é construído a partir da problematização da realidade vivida, e não da mera transmissão de conteúdo.

É precisamente nesse ponto que se estabelece um diálogo crítico com a concepção clássica de jogo. Johan Huizinga, em sua obra *Homo Ludens*, define o jogo como uma atividade voluntária, executada dentro de certos limites de tempo e espaço, regrada e, sobretudo, desinteressada – isto é, “exterior à vida habitual” e da qual “não se pode obter qualquer lucro” (HUIZINGA, 2019, p. 33). Para o autor, a essência do jogo reside em seu caráter de fim em si mesmo.

Contrapondo-se a essa visão, a simulação da CPI, enquanto jogo de papéis, é entendida aqui como uma atividade profundamente interessada. Seu propósito último não é o divertimento pela diversão, mas funcionar como um instrumento para a práxis – a reflexão e ação sobre o mundo para transformá-lo (GADOTTI, 2021). O “jogo” torna-se, assim, um espaço de experiência concreta que visa a inserção crítica dos estudantes na realidade sócio-política, permitindo-lhes vivenciar, de forma simulada, mas significativa, os mecanismos de poder e controle social inerentes ao Estado Democrático de Direito.

Do ponto de vista metodológico, a experiência foi desenvolvida ao longo de metade de

um semestre letivo com as turmas do 2º ano do Ensino Médio, durante as aulas de Sociologia (1 por semana). A sequência didática, detalhada na Tabela 1, foi estruturada em etapas principais que articulavam teoria e prática.

Tabela 1:

Sequência Didática da Simulação: Etapas, Objetivos e Duração

Etapas	Objetivo Específico	Atividades Desenvolvidas	Número de Aulas
Preparação	Contextualizar a estrutura do Estado.	Aula expositiva dialogada sobre os Três Poderes, e como ele age dentro de diferentes instâncias (municipal, estadual e federal).	1
Separação dos grupos	Separar a sala dentro dos grupos dos poderes e população.	A sala se divide em: <u>Poder Executivo:</u> • Prefeita/o – Municipal; • Governadora/o – Estadual; • Secretária/o do meio ambiente, infraestrutura e logística – Estadual; • Presidente – Federal; • Ministra/o do meio ambiente – Federal; <u>Poder Legislativo:</u> • Deputada/o Federal – Federal; • Deputada/o Estadual – Estadual; • Vereadores – Municipal; <u>Poder Judiciário:</u> • Juízes – Municipal; • MPE – Estadual; • Ministra/o STF – Federal; <u>População:</u> • Afetados; • Infratores.	1

Investigação e Estudo de caso	Apresentar o tema a ser debatido durante as aulas.	Entrega de dados e materiais de pesquisa acerca da temática “Aumento da mancha de poluição do Rio Tietê” ³ . Momento dos alunos se aprofundarem no tema e da população desenvolver de maneira conjunta uma narrativa onde os afetados estejam sofrendo de um problema causado pelos infratores.	1 – Contato com os materiais, como seu poder age sob esse problema? 1 – Apresentação do problema da população. 2 – Preparação pra CPI, criação de regras pelo Legislativo.
Simulação da CPI	Vivenciar, na prática, os mecanismos de fiscalização e controle do Estado.	Apresentação das regras pelo Poder Legislativo, abertura da sessão. Afetados junto ao MPE acusam os Infratores e se inicia a Comissão Parlamentar de Inquérito, com interferências do Poder Executivo quando necessário e participação do Poder Judiciário na sentença final.	1 – Abertura da sessão e chamamento das testemunhas. 2 – Debate. 1 – Sentença final.
Síntese e Consolidação	Sistematizar as conclusões e contrastar a simulação com a realidade institucional.	Conversa com os alunos sobre o resultado da atividade, adequação de possíveis conflitos surgidos na dinâmica a realidade.	1 + saída de campo para a ALESP.

Dentro da aula destinada a separação dos grupos, os educandos receberam cartas-tarefas, com suas funções e o que deveriam pesquisar e desenvolver durante as aulas em forma de preparação para a CPI.

³ O problema apresentado aos alunos foi uma notícia de 2024, que os informava acerca do aumento de 29% da mancha de poluição do Rio Tietê.

Imagem 1: Exemplo de ficha-Tarefa produzida pelas residentes para ser entregue aos estudantes



A análise dos resultados, que será detalhada na seção seguinte, baseou-se na observação participante das pesquisadoras-residentes durante todo o processo da simulação.

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA E RESPECTIVA ANÁLISE

3.1 O Percurso da Simulação: Da Teoria à Prática Investigativa

A vivência da simulação mostrou-se um processo dinâmico de construção coletiva. Inicialmente, os estudantes demonstraram certa dificuldade em compreender a abrangência e o funcionamento prático de cada Poder. No entanto, a atribuição de papéis específicos (como prefeito, vereador, secretários e ministros) catalisou o engajamento.

A fase de investigação, centrada no problema do aumento da mancha de poluição do Rio Tietê, permitiu que os alunos, organizados em seus grupos, saíssem de uma posição passiva para a de pesquisadores ativos, coletando dados, elaborando questionários e construindo seus argumentos.

Imagem 2: Estudantes Reunidos na etapa de estudo de caso e preparação.⁴



⁴ Foto tirada pela residente com autorização dos alunos e com o rosto dos estudantes censurado.

Durante as semanas de preparação foram acontecendo novas divisões, dentro do grupo dos afetados por exemplo, foi necessário dividir quem seriam as testemunhas, já dentro do grupo do Poder Executivo foi necessário que para além dos cargos obrigatórios fossem colocados novos para atender a demanda trazida pela população, como a/o Ministra/o ou Secretária/o da Saúde, Educação, Cultura, etc.

Exemplo Sala 1:

Problema criado pela população da sala: Uma fábrica (Infratores) de produção de pilhas estava realizando descarte incorreto de resíduos no rio.

Como a população estava sendo afetada: As crianças da comunidade que reside próximo ao rio passam por ele para ir à escola, e os professores começaram a notar alguns sintomas em diversas crianças, como desatenção, idas frequentes ao banheiro juntamente a notificações de desconforto, dificuldade de visão, e outros sintomas, então solicitaram uma investigação que os levou até o descarte incorreto de resíduos tóxicos.

Como a população afetada se dividiu: Estavam “presentes” no dia da CPI, um professor, um pai de aluno, um médico, e os alunos produziram um laudo de análise da água do rio, que foi apresentado pelos advogados do MPE aos relatores e juízes.

Como os infratores se dividiram: Estavam “presentes” no dia da CPI, o dono da empresa, o funcionário responsável pela logística da empresa, e seus advogados.

E o Poder Executivo?: Durante o debate e testemunhos dos alunos, o Poder Executivo acabou sendo acusado de não levar saneamento básico adequado para aquela comunidade, então prefeita/o e governadora/o tiveram que demonstrar o índice de saneamento e ofereceram explicações ou propuseram a criação de novos projetos.

Exemplo Sala 2:

Problema criado pela população da sala: Uma empresa (Infratores) estava soltando dejetos químicos no rio, que é utilizado para irrigar um pasto. Esse pasto estava servindo de comida para uma fazenda de criação de gado, e a carne contaminada acabou indo parar nas prateleiras do mercado.

Como a população estava sendo afetada: O fazendeiro responsável pela criação de gado acabou notando tarde demais que havia algo errado com sua criação de pequeno porte e levou um processo acerca da intoxicação de algumas pessoas da cidade, mas o verdadeiro causador do problema era a empresa que estava descartando resíduos tóxicos de maneira indevida.

Como a população afetada se dividiu: Estavam “presentes” no dia da CPI o fazendeiro, um médico veterinário, uma pessoa que sofreu com a intoxicação, e os alunos fizeram um laudo de análise do solo e trouxeram os resultados de exames realizados com o gado, todos foram representados pelo MPE.

Como os infratores se dividiram: Estavam “presentes” no dia da CPI o dono da empresa, o responsável pelo descarte de resíduos da empresa, uma pessoa que sofreu com a intoxicação e os advogados.

E o Poder Executivo?: Durante o debate e apresentação das testemunhas o Poder Executivo acabou sendo acusado de não realizar as devidas fiscalizações dentro do controle de distribuição de alimentos e no processo de descarte das empresas da cidade, fazendo com que secretárias/os, prefeita/o, vereadores prestassem contas acerca da fiscalização, ou apresentassem novas propostas.

Imagem 3: Realização da CPI na Sala 2.⁵

Durante as sessões da CPI, foi possível observar a assimilação dos conceitos teóricos à medida que os estudantes começaram a notar os momentos em que, de maneira discreta, o Poder Executivo estava sendo acusado de não realizar fiscalizações, ou até mesmo como na sala 1 de não levar o saneamento básico a toda a população.

A observação do processo revelou uma nítida superação da concepção huizingniana de jogo. Longe de ser uma atividade “exterior à vida habitual” e “desinteressada”, a simulação tornou-se um exercício intenso de práxis, conforme proposto por Freire e Gadotti. Os alunos não apenas representavam papéis, mas se apropriavam deles para problematizar uma realidade concreta.

3.2 Análise dos Resultados: Do Jogo Desinteressado à Conscientização Crítica

A observação do processo revelou uma nítida superação da concepção huizingniana de jogo. Longe de ser uma atividade “exterior à vida habitual” e “desinteressada”, a simulação tornou-se um exercício intenso de práxis, conforme proposto por Freire. Os alunos não apenas representavam papéis, mas se apropriavam deles para problematizar uma realidade concreta.

Exemplo de Argumento utilizado na sala 1:

“Não podemos permitir que o descarte irregular continue, pois isso afeta a saúde da nossa própria comunidade. É dever deste Poder investigar e o do Executivo agir”

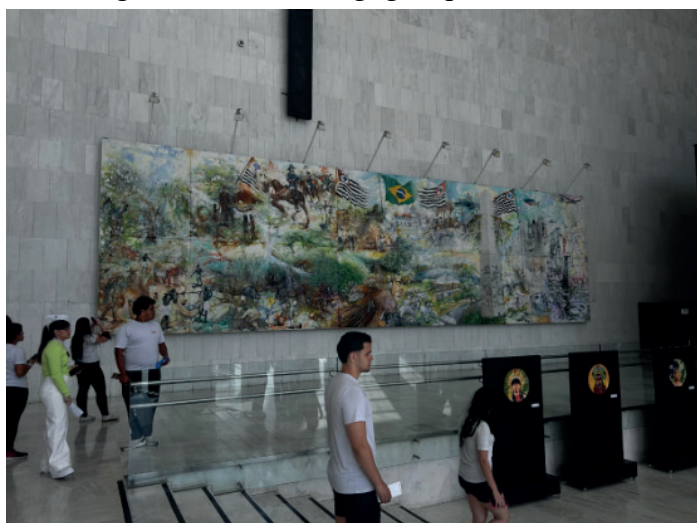
Declarações como essa evidenciam o processo de conscientização (FREIRE, 2014) em curso, onde o estudante relaciona a função do Estado com seu entorno social, assumindo uma postura crítica e propositiva.

⁵ Foto tirada pelo Professor Referência das residentes.

3.3 A Consolidação do Aprendizado: A Ponte entre a Simulação e a Realidade Institucional

A saída pedagógica à ALESP representou o momento de culminância e validação externa da experiência. Ao visitar o plenário e os gabinetes, os estudantes puderam confrontar sua vivência simulada com o funcionamento real do Poder Legislativo. Durante a visita os estudantes se depararam com as mesmas perguntas realizadas pelo professor na primeira aula “Quem é o chefe do Poder Executivo dentro do município?” mas a postura dos alunos foi completamente diferente da acanhada e incerta daquelas primeiras aulas, eles responderam com confiança e agilidade “Prefeito!”. Este momento não apenas consolidou os conhecimentos adquiridos, mas também materializou o conceito de Estado, transformando uma abstração teórica em uma instituição tangível e passível de compreensão e crítica.

Imagem 4: Saída Pedagógica para a ALESP⁶.



3.4 Desafios e Limitações Enfrentados

Apesar dos resultados positivos, a experiência não foi isenta de obstáculos. A limitação do tempo didático foi o principal desafio, exigindo um ritmo acelerado para concluir todas as etapas e impossibilitando a articulação com demais professores afim de tornar a atividade um trabalho interdisciplinar. Além disso, inicialmente, alguns estudantes mostraram-se reticentes em participar ativamente, um comportamento que foi superado com o andar das atividades e o estímulo aos trabalhos em grupo.

Houveram também embates entre os grupos do Legislativo e Executivo em determinadas salas, onde por exemplo o poder Executivo queria que os Deputados propusessem novas leis específicas e não deixavam com que argumentassem acerca das implicações que isso traria, problemas ideológicos e estruturais como esse foram debatidos no dia da síntese da atividade pois eles também são encarados na vida real, a tensão entre Poder Executivo e Legislativo no Brasil é tangente e também se demonstrou ao longo da simulação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou relatar e refletir sobre a experiência pedagógica de utilizar uma simulação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) como estratégia para o ensino

⁶ Foto tirada pelas residentes durante a visita a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

do conteúdo “Formação do Estado” em uma turma do 2º ano do Ensino Médio. A análise do percurso demonstra que a atividade cumpriu seu objetivo central de transformar conceitos abstratos dos Três Poderes em uma vivência concreta e significativa, permitindo aos alunos uma compreensão crítica da dinâmica estatal.

A experiência deixou claro que a simulação, enquanto ferramenta de ensino, transcendeu em muito a concepção de jogo como atividade desinteressada, tal como definida por Huizinga. Ao contrário, ela se configurou como uma autêntica práxis freireana, onde a ação de representar papéis foi indissociável da reflexão crítica sobre um problema real. Os estudantes não “brincaram de ser políticos”; engajaram-se em um processo investigativo que os levou a problematizar sua realidade e a compreender seu próprio papel como cidadãos dentro de um Estado Democrático de Direito. A fala dos alunos e a profundidade dos debates durante as sessões foram as evidências mais contundentes desse movimento de conscientização.

A saída pedagógica à ALESP funcionou como o elemento de culminância que validou e consolidou todo o aprendizado construído na simulação. Ao verem *in loco* o funcionamento do Poder Legislativo, os conceitos trabalhados em sala de aula e vivenciados no jogo de papéis ganharam materialidade, fortalecendo a noção de que as instituições políticas são espaços reais de atuação e controle social.

Contudo, é importante ressaltar que a prática enfrentou limitações, notadamente a curta duração para um desenvolvimento mais aprofundado de todas as etapas, a dificuldade inicial de alguns alunos em sair de uma postura passiva, e o fato de a atividade estar sendo pensada enquanto estava sendo desenvolvida, impossibilitando a produção de um trabalho conjunto com outros professores. Estes pontos destacam a necessidade de um planejamento que preveja tempo suficiente para a maturação das ideias e inclua estratégias específicas para o engajamento de todos os discentes.

Por fim, este relato evidencia o potencial didático de metodologias ativas que colocam o aluno como protagonista do seu aprendizado. A simulação da CPI mostrou-se uma ferramenta poderosa para o ensino de Sociologia, capaz de promover, de forma integrada, a assimilação de conteúdo curricular, o desenvolvimento de habilidades argumentativas e a formação de uma consciência política crítica. Recomenda-se, para pesquisas futuras, a aplicação e o estudo dessa mesma estratégia em outros contextos e séries, bem como a investigação de seus efeitos de longo prazo na formação cidadã dos estudantes.

5. REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 36. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da práxis. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2021. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 31).

HUIZINGA, Johan. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LOPES, Carlos Leite; PONTUSCHKA, Nídia Nacib (Org.). Estudo do meio: teoria e prática. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.